

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e nove realizou-se a Centésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta e três minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Giancarlo Tusi Pinto**, Representante da Secretária do Meio Ambiente; **Sr. Luiz Augusto Petry**, Representante da Secretária da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; **Sra. Bernadete Longhi de Castro**, Representante da Secretaria das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Josué Vieira da Costa**, Representante da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; **Sr. Luis Eduardo Lopes**, Representante da Secretaria de Segurança Pública; **Sr. Carlos Boa Nova Andrade**, Representante do SEDAI; **Sr. Aloísio Sirangelo Braun**, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; **Sr. Flávio Lewgoy**; Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, e **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representantes Titular e Suplente da Mira-Serra; **Sr. Darci Bernech Campani**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Alberto Domingos Pagliarini**, Representante Suplente do SINDIÁGUA; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sra. Marilene Conte**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Mauro Moura**, Representante Suplente da FEPAM; **Sr. João Paulo Steigleder**, Representante do DEFAP – Corpo Técnico. SEMA/DEFAP. Participaram também da reunião, como convidados: Niro Afonso Pieper – SEMA/SIGA; Rosânia M. Bruschi – SEMA; Eduardo Paskulin – ANAMA/RS; João Pessoa Pereira Júnior – IBAMA/RS; Daniel Chies – Amigos da Floresta. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 123ª Reunião ordinária; 2. Comunicações; 3. Proposta de Alteração na Ampliação da Resolução 102, Processo nº 4300-0500/08-2; 4. Qualificação de Municípios; 5. Aprovação do Cronograma de 2010; 6. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Giancarlo Tusi Pinto.– Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sra. Andréa Neves – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Boa-tarde, Senhoras e Senhores Conselheiros. Havendo *quorum*, damos por aberta a nossa 124ª Reunião Ordinária do CONSEMA e última desse ano de 2009. Dando abertura a nossa reunião, vamos ao Item 1. **1. Aprovação da Ata da 123ª Reunião ordinária. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Todos os Conselheiros receberam a Ata. Primeiramente, eu gostaria de solicitar, com base no artigo 28, parágrafo 4º, a dispensa da leitura da Ata. Alguma manifestação? Alguma manifestação, algum Conselheiro querendo se manifestar sobre a Ata? Nenhum Conselheiro inscrito, então, em votação: os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da Ata como está, por favor, identifiquem-se com seus crachás. **(16 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção.) Aprovada. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Item 2 da nossa pauta. **2. Comunicações. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** A primeira comunicação, do Secretário José Carlos Brenner de apresentar a Arquiteta Bernadete Longhi de Castro como representante da Secretaria de Obras na Reunião do CONSEMA. Segunda comunicação, o Comandante Ambiental da Brigada Militar, Altemir Silva Lima: “Cumprimentando Vossa Excelência cordialmente atendendo ao disposto na Resolução CONSEMA 07, informo que na reunião do dia 17 de dezembro este comando estará representado pelo Major Luiz Eduardo Ribeiro Lopes”. Comunicação da FIERGS, Doutor Paulo Dias, Coordenador da área técnica: informando que nossa representação na Reunião Ordinária do CONSEMA a FIERGS será representada pela senhora Marilene Conte. Mais uma comunicação da ONG Núcleo Amigos da Terra: “Encaminhamos ao Presidente do CONSEMA o Ofício NAT 16/09 que vai com cópia do registro de recebimento de 18 de junho, ao tempo que justificamos a ausência da entidade nas reuniões deste CONSEMA. O ofício é para solicitação da análise de exclusão e a troca pelo Instituto Biofilia”. Mais uma comunicação do IBAMA: “Segue anexo o Ofício 1.312/09, a alteração da representação deste IBAMA no Conselho e nas Câmaras Técnicas. O Conselheiro Titular, Fernando Costa Marques; Suplente, João Pessoa Rio-Grandense Moreira Júnior. Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Floresta, o Titular, Carlos Henrique Dias; Câmara Técnica de Gestão das Águas, titular, Marília Portugal; suplente, Tarcio Isaia. Câmara Técnica da Educação Ambiental, titular, Luiz Augusto Maler. Mais outra comunicação: “Informamos que o Professor Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga, Representante da Instituição Universitária Privada não poderá se fazer presente na reunião. Salientamos que no dia 15 o Professor Lobo estará participando da reunião da comissão técnica que analisa a gestão das águas na sede da SEMA em Porto Alegre”. Comunicação: Ofício Mira-Serra 096/2009: “Ao cumprimentá-lo, o Comitê Estadual da Reserva de Biosfera Mata Atlântica vem formalizar a solicitação de que este Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA inclua como item da próxima pauta a alteração das regras de composição e de funcionamento da Câmara Estadual de Compensação Ambiental –

61 SECA, da SEMA. Esta solicitação fundamenta-se na discussão realizada na 140ª Reunião Ordinária do  
62 Comitê Estadual da Reserva da Biosfera Mata Atlântica sob a Resolução CONAMA 371, de 5 de abril de  
63 2006. A recente alteração dos artigos 31 e 32 do Decreto Federal 4.340/2002 pelo Decreto 6.848 leva a  
64 uma conseqüente necessidade da educação da estrutura da Câmara às regras vigentes”. Incluiremos na  
65 pauta. Mais uma comunicação, da FAMURS, o Presidente Marcos Vinícius Vieira de Almeida da  
66 Federação de Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS: “Solicita que essa Fundação  
67 efetue um desconto nos valores cobrados no licenciamento ambiental para instalação de incineradores,  
68 pequenos crematórios e estações de tratamento de esgoto. Segundo alguns municípios, para instalar  
69 crematórios e incineradores os valores a serem pagos a título de taxa, LP, LI e LO, poderão chegar a mais  
70 de R\$ 100 mil, e considerando a crise econômica e capacidade econômica dos municípios em serviço  
71 ambiental. Solicitamos que Vossa Senhoria autorize para essas atividades também o desconto de 85%  
72 acordado anteriormente, sendo que o ideal seria a ocorrência de um reestudo das tabelas de custo e  
73 licenciamento da FEPAM no tocante às atividades que impactam os municípios. Tenho certeza de que  
74 mais uma vez Vossa Senhoria atenderá os municípios do Rio Grande do Sul. Agradecemos e renovamos  
75 nossos sentimentos de amizade, estima e admiração”. Estaremos encaminhando, então, à FAMURS para  
76 que encaminhe o assunto. Mais uma solicitação do Presidente Marcos Vinícius Vieira de Almeida da  
77 FAMURS: “...o presente para informar que a FAMURS, entidade que oficialmente representa os  
78 municípios gaúchos, será representada junto ao CONSEMA a partir de 2010 pelos seguintes Conselheiros:  
79 titular, Airton José Schaeffer, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Lagoa dos Três Cantos e  
80 Presidente (...) à FAMURS; suplente, Renata Elizabete Becher Sem mais para o momento, ficamos a sua  
81 disposição”. Então, o Valtemir hoje está despedindo-se do nosso CONSEMA – temporariamente, espero.

82 **Sr. Darci Bernech Campani:** Qual foi o encaminhamento para o outro ofício, o primeiro ofício? **Sr.**  
83 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** FAMURS? FEPAM, são as taxas da FEPAM. **Sr. Darci**  
84 **Bernech Campani:** Tem reunião segunda. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Mais uma  
85 comunicação do SINDIÁGUA: “Vimos através deste informar que devido a outro compromisso nossos  
86 representantes neste Conselho não poderão participar desta reunião. Sra. Daniela Toni Alves, secretária do  
87 SINDIÁGUA” Vencido o período das Comunicações, vamos ao Item 3 da nossa pauta. **3. Proposta de**  
88 **Alteração na Ampliação da Resolução 102, Processo nº 4300-0500/08-2. Sr. Presidente (Sr.**  
89 **Giancarlo Tusi Pinto):** Eu vou solicitar ao nosso Diretor-Geral, o Niro Afonso Pieper, que apresente a  
90 proposta. Por favor, Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Boa-tarde a todos os Conselheiros, boa-tarde,  
91 Presidente dos trabalhos. Eu não vou me limitar a só apresentar a proposta, vou fazer um breve histórico  
92 do processo porque eu acho que fica mais tranquilo para os Conselheiros, mais esclarecido para os  
93 Conselheiros a fim de votar a minuta de resolução. O início desse processo foi com uma solicitação do  
94 Município de Canguçu. Até não tem tanta tradição na criação de animais, mas foi o primeiro a solicitar  
95 alteração de portes para suínos em terminação, incluindo também matadouro de bovinos e suínos. Esta era  
96 a proposta inicial. Logo a seguir, esse assunto certamente não ficou restrito ao município e, com toda a  
97 certeza, logo a seguir ele foi discutido dentro da cadeia e dentro dos órgãos ambientais citando, no  
98 mínimo, Secretaria do Meio Ambiente e FEPAM a respeito da alteração de porte; isto logo depois de  
99 chegarem também propostas da FETAG e, neste caso, envolvia alteração de portes para avicultura,  
100 também bovinocultura e também considerações da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do  
101 Sul trazendo alguns dados. Normalmente estas propostas vinham com limites para os municípios  
102 diferentes daqueles praticados e consolidados dentro da Secretaria e dentro, especialmente, da FEPAM.  
103 Então, lá em 16 de janeiro deste ano nós fizemos a consolidação destas propostas que vieram e que foram  
104 reunidas neste processo. Até posso citar também um processo que está aqui no CONSEMA, mas não está  
105 apenso aqui, que é da Prefeitura de Harmonia, tem manifestações da Associação dos Municípios do alto  
106 Jacuí, dos que eu me lembre e várias outras que estão contidas no processo, todas elas fazendo  
107 considerações ou sugestões de portes. Como não poderia deixar de ser, o órgão estadual aqui e o órgão  
108 executor sempre tiveram em mente não alterar procedimentos técnicos já consolidados porque nem tudo o  
109 que se aplica na criação de animais está regulado em resoluções do CONSEMA. Existem critérios  
110 aprovados, no mínimo, há uns 5 anos e revisados há uns 5 anos e que são aplicados tanto pelo Estado  
111 como pelos municípios. E para se manter isso é que sempre defendemos e tem manifestações no processo  
112 e a minuta que veio à análise também respeita o porte já definido em tabela da FEPAM. As alterações,  
113 então, dão-se para alteração de porte passando a considerar como impacto local, não apenas o porte  
114 pequeno, mas, em algumas atividades, o porte médio ou o porte grade como já é na Resolução 102. Se nós  
115 fizemos uma leitura dela tem até atividades que todo o porte, ou seja, independente de tamanho, é  
116 considerado como impacto local. Então, este assunto teve manifestações da FAMURS também e  
117 mormente vinham com essa discrepância de números, não fechava. Finalmente em julho ao ser

118 encaminhado ao CONSEMA ratificou-se a posição de que mantenha-se sempre os limites já consolidados  
119 na FEPAM. Então, a deliberação, no meu entender e no que contém o processo, deve ser alterando até um  
120 número que coincida com o final de um porte, se assim os Conselheiros entenderem. Sobre as  
121 manifestações técnicas: elas existem, favoráveis, e em determinado momento, como existem outras  
122 atividades agropecuárias, sobretudo agora que o zoneamento ambiental já estabeleceu também algo sobre  
123 licenciamento mais firme, sobre licenciamento de suinocultura, com a solicitação da inclusão das  
124 atividades de silvicultura como impacto local, neste caso apenas no porte mínimo. Então, estas, se não me  
125 engano, são o resumo das atividades discutidas no processo e passíveis de inclusão – eu chamaria de  
126 maduras para inclusão – neste momento na Resolução 102. Tenho que esclarecer que a minuta aprovada  
127 na Câmara Técnica contempla tão somente terminação de suínos e as aves de corte. Não foi debatido ainda  
128 sobre silvicultura, embora eu, particularmente, ache que esse seria um grande ganho porque é uma  
129 atividade que, naquele porte mínimo, não tem grande atenção os espaço para atenção pelo órgão ambiental  
130 e o licenciamento pelo município representaria um grande ganho. Julgando também a complexidade de  
131 um porte industrial, que foi sugerido lá no início pelo Município de Canguçu, que são os matadouros, ele  
132 não estando na minuta de resolução, parece-me que também não é de bom alvitre que seja debatido neste  
133 momento. Tendo manifestação técnica favorável a respeito dos dois principais pedidos, das duas  
134 principais sugestões de alteração, resta ao Plenário e é possível ao Plenário estabelecer exatamente onde  
135 quer fixar o impacto local. A minuta debatida tecnicamente e encaminhada ao CONSEMA levaria esses  
136 portes até o porte grade, que significa 60 mil aves/corte e mil suínos em terminação. Incluiria como  
137 maduro com eu já falei, a silvicultura e por falta de discussão técnica e específica retiraria, pelo que se vê  
138 no processo, os matadouros. Sinalizaria também e isso é um trabalho realmente necessário. Existem  
139 muitas atividades esparsas ou codificadas após a Resolução 05/98, após a revisão da 102/2005, e que  
140 inequivocamente são de impacto local. Elas não estão aqui listadas, mas esse é um trabalho que deve ser  
141 sinalizado também ao Plenário de que seja realizado, mas são atividades de menor número e de menor  
142 repercussão, eu diria, no potencial poluidor que representam porque são atividades que até então estavam  
143 meio ignoradas pela legislação, ignoradas, inclusive, pela Resolução 237/97 do CONAMA. Posso extrair  
144 outros esclarecimentos, mas, resumidamente, seria isso: amplo debate a respeito de terminação e aves de  
145 corte e divergência, na verdade, entre a proposta técnica e a proposta da Câmara Técnica e esse consenso  
146 eu até imagino que possa ser feito no Plenário. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,  
147 Pieper. O Conselheiro. FETAG, por favor. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Os 1.00 suínos, nós vamos ficar  
148 fazendo como o italiano fez: dividir o queijo pelo meio. De 500 para 1.500 só ficou 1.000, mas a  
149 avicultura, a questão que a FETAG pediu 78 mil é uma questão técnica e econômica. Econômica em  
150 vários sentidos: desde a entrada no pinto até a ração, até a saída do frango e a questão hoje do porte  
151 mínimo que o pessoal cria o frango e a questão da própria indústria. Nós pedimos 78 mil por uma questão  
152 técnica: dois aviários de 35 mil somam 70 mil frangos. Temos períodos que criamos 78 mil nesse mesmo  
153 recinto. Então, se forem 70 mil, 72 mil, também vai nos atender, porque aí a gente se adequando dentro do  
154 resto, mas 60 mil ainda continuam, por exemplo, o impasse e a deficiência técnica para nós da área dos  
155 pequenos agricultores. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, a proposta da FETAG dos 78  
156 mil, ou seja, acima de 60 mil seria porte excepcional, passar para o município. Eu vou tentar esclarecer  
157 para a gente não ficar com dúvidas. Conselheiro Valtemir, FAMURS. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Boa-  
158 tarde, pessoal. A nossa proposta em relação a esse assunto é o seguinte: no tocante à avicultura, nós  
159 entendemos que o impacto ambiental da avicultura é muito pequeno. Por que a gente afirma isso? A gente  
160 tem acompanhado nos municípios e vocês sabem – todos vocês acompanham as reuniões do CONSEMA  
161 – nós temos mais de 200 municípios que estão licenciando atividades de impacto local e a avicultura, nos  
162 pequenos municípios é uma das alavancadoras de manter a população rural no campo. Então, entendemos  
163 que como na avicultura você trabalha com dejetos secos, no tocante à avicultura o impacto ambiental não é  
164 relativamente grande, até porque tem um mercado atrás disso, que esse dejetos do animal não vai parar em  
165 arroio, não vai parar em barranca do morro, por quê? Porque Le é trocado por maravalha que a pessoa  
166 precisa para colocar dentro do galpão dele. Então, em relação à avicultura e como a gente sabe desse  
167 problema de porte, que foi levantado pela FETAG, não adianta liberar 60 mil porque ou a pessoa trabalha  
168 com 70 mil, 75 mil, ou economicamente aquele empreendimento não tem viabilidade econômica para a  
169 Perdigão, para essas empresas grandes que são as integradoras que trabalham. Então, por isso e tentando  
170 respeitar essa postura da FEPAM de ter uma tabela, onde é que ela cria os portes, nós entendemos que em  
171 relação à avicultura seria de bom agrado até para o órgão ambiental que na totalidade passasse para os  
172 municípios e que a FEPAM, então, no tocante à avicultura, passasse a fazer um trabalho de apoio aos  
173 municípios. A gente poderia tranquilamente com o tempo, porque hoje – segundo a informação que eu  
174 tenho – a equipe que trabalha na FEPAM nessa área é relativamente pequena e a gente sabe que é bastante

175 trabalho que se tem. Então, a nossa sugestão era de que em relação à avicultura fosse passada toda ela para  
176 os municípios. No tocante à silvicultura a nossa proposta era de que até 50 hectares o licenciamento  
177 ambiental de plantações de silvicultura passasse para os municípios. Baseado em quê? Justificativa: nós  
178 estamos tentando justificar o assunto dentro daquilo que os decretos, o decreto federal está falando, a  
179 instrução normativa do IBAMA está falando, que propriedade de pequeno porte e agricultura familiar é  
180 considerado até 50 hectares. E mais, na FEPAM não é licenciado até 14 hectares, é processo simplificado,  
181 acho que até um cadastro e nós estaríamos tendo um ganho ambiental porque a gente faria o licenciamento  
182 ambiental da propriedade lá no município. Então, esta é a justificativa, o porquê de estarmos falando da  
183 silvicultura até 50 hectares ou 40 hectares. É uma questão de definir, mas a ideia era até 50 hectares. Por  
184 fim, nós também colocamos em relação aos suínos. Em relação aos suínos, ciclo completo, ou seja, das  
185 matrizes, a proposta que a gente trouxe depois de ouvir vários municípios que reivindicaram em relação à  
186 federação, hoje, em relação às matrizes, é até 50. A gente também sabe que tem um problema comercial:  
187 esses agricultores que trabalham com essa pequena produção de animais dessa natureza não tem mais  
188 mercado; as grandes integradoras interessam-se pelos grandes produtores. Então, o porte mínimo para  
189 poder entrar nesse mercado – segundo a informação que nos foi passada – seriam matrizes. Em relação à  
190 suinocultura ciclo completo a proposta seria 100 matrizes. Unidade produtiva de leitões de 21 dias passar-  
191 se-ia até 1.000 animais. Unidade produtiva de leitões até 63 dias, também 1.000 leitões. Terminação: a  
192 nossa proposta original, que a gente trouxe ao CONSEMA era 1.250 animais, mas nós aceitamos,  
193 retiramos a nossa proposta a favor da proposta da FETAG, que seriam 1.000 animais. Em relação à  
194 creche, ou seja, aquele produtor que simplesmente faz a reprodução e repassa isso para a integradora  
195 entregar para outro fazer a engorda, a gente propõe que seja até 5 mil animais, só que nós aqui – eu digo  
196 nós, FAMURS, na proposta –, quando a gente falou e considerando o impacto que a suinocultura tem  
197 tanto econômico quanto ambiental, a nossa proposta também traz junto que nós entendemos que o  
198 município tem que ter na sua equipe licenciadora um veterinário, um engenheiro agrônomo ou zootecnista  
199 e um técnico agropecuário, ou seja, o que nós estamos propondo: eu repasso para o município, mas tu vais  
200 ter que ter, comprovar, que na tua equipe técnica tu tenhas um veterinário, um engenheiro agrônomo ou  
201 zootecnista e um técnico agropecuário. Eu entendo que isso seria um ganho ambiental para o Estado.  
202 Então, é por isso que eu vim aqui na frente defender a nossa proposta, ela é pé-no-chão, não é  
203 simplesmente atirar lá para o município – não. Em relação à suinocultura, para assumir esse novo porte, o  
204 município vai ter que ter essa equipe técnica. Então, a nossa proposta é neste contexto e eu faço um apelo  
205 para que os Conselheiros considerem a nossa posição e, se possível, que a gente consiga, ainda na reunião  
206 de hoje, aprovar esse assunto. Obrigado. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir.  
207 Mauro, FEPAM, por favor. **Sr. Mauro Moura:** Nós temos uma preocupação na FEPAM com relação à  
208 mexer em números porque cada um desses portes – mínimo, pequeno, médio, grande e excepcional – tem  
209 regras dentro do porte: distância entre recursos hídricos, enfim, outras coisas mais. Então, a proposta do  
210 Conselheiro de mexer nos números não me parece adequada neste momento e sim na revisão geral que se  
211 está fazendo na 102 junto com a tabela da FEPAM poderia ser. Com relação só à terminação, que é o que  
212 está sendo discutido hoje: na FEPAM cerca de 65% dos licenciamentos estão em até 600 animais. Isso  
213 corresponde a 65% das licenças que entram na FEPAM. Se nós passarmos para mil, não sei exatamente a  
214 quanto corresponde, mas, vamos dizer assim: não mexendo no porte, a FEPAM até não se importa que a  
215 resolução passe para 1.000 nos municípios desde que seja só terminação, o resto seja discutido após  
216 mudança na 102. Aves, realmente, não têm um tipo de grande poluição, inclusive, não haveria problema  
217 em passar todo o porte para os municípios. Eu só gostaria de chamar atenção, Senhor Secretário, a uma  
218 coisa que me preocupa há muito tempo: a forma como as resoluções chegam aqui ao Plenário porque  
219 normalmente esperar-se-ia que as resoluções passassem nas Câmaras Técnicas, passasse na Jurídica e  
220 viesse formatada para se ver o conteúdo da resolução. Eu tenho visto que isso tem falhado, ultimamente a  
221 gente não consegue ler um conteúdo para vir discutir uma resolução pronta. Isso torna-se bastante difícil  
222 para o entendimento e a discussão das resoluções. Parece-me seguir o circuito Câmara Jurídica, Câmara  
223 Jurídica, e a resolução vir em um formato de resolução para que se possa ler. Eu acho que daqui em diante  
224 poderia ser mais adequado e acho que renderia uma compreensão maior da resolução que está sendo  
225 proposta, que se poderia ler antes, inclusive. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Correto.  
226 Obrigado, Mauro. Mais algum Conselheiro querendo manifestar-se? Deixa só eu tentar fazer um resumo,  
227 então, da proposta que nós temos hoje, agora, e com que a FEPAM concordaria. Seria: aves, passar para  
228 os municípios; suínos, terminação até mil, que seria outro porte; quanto à silvicultura, pinos, eucalipto e  
229 acácia, porte mínimo de pinos é 30 hectares. **Sr. Mauro Moura:** A FEPAM não se manifestou com  
230 relação à silvicultura porque não estava no processo, nós não chegamos a examinar o assunto, então. **Sr.**  
231 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Na reunião da Câmara. Por favor, Káthia. **Sra. Káthia Maria**

232 **Vasconcellos Monteiro:** Como o Mauro disse como essas resoluções não estão vindas formatadas para o  
233 CONSEMA, são propostas que surgem e a gente não tem o conteúdo para ler. Nós não recebemos essa  
234 proposta em anexo com a documentação para poder analisar e chegar aqui com uma opinião formada,  
235 embasada tecnicamente, fica muito difícil, até porque – a Lisiane estava comentando comigo – quando a  
236 proposta passou na Câmara Técnica não estava incluída a silvicultura. Quer dizer, na reunião passada nós  
237 aprovamos o regramento para a silvicultura e agora – uma reunião depois – a gente já está fazendo uma  
238 proposta nesse regramento. Então, eu acho que vamos pedir vista, Lisiane. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo**  
239 **Tusi Pinto):** Só para esclarecer: na verdade, estava aqui dentro do processo. É que eu acho que a Câmara  
240 Técnica não discutiu, mas já estava no processo. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** É, mas a  
241 Câmara Técnica não discutiu. Então, o Mira-Serra está pedindo vista neste documento. **Sr. Presidente**  
242 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Deixa eu tentar chegar a um... Desculpe Káthia. **Sr. Valtemir Goldmeier:**  
243 Qual a Câmara Técnica não analisou? **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** A Câmara Técnica de  
244 Gestão Compartilhada não analisou a questão da silvicultura porque ainda estava em debate o  
245 zoneamento. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Deixa eu fazer uma sugestão, Káthia, vê se tu  
246 não concordas. No processo estava eu acho que a Câmara Técnica só não debateu sobre o assunto. Esses  
247 dois pontos que já são essa concordância e como tem um grupo que está debatendo todas essas outras  
248 atividades que o Pieper acaba de relatar, que não estão dentro da Resolução 102, quando à questão de aves  
249 e suínos nós poderíamos, havendo consenso, aprovar hoje e seguir o processo com a silvicultura já que  
250 não foi debatido na Câmara Técnica? **Sra. Lisiane Becker:** Só um pouquinho. Na Câmara Técnica houve  
251 até, inclusive, várias abstenções porque não tinha um embasamento técnico, não foi apresentado nada.  
252 Simplesmente vamos passar para isso e para aquilo porque está acontecendo isso. **Sr. Paulino Olivo**  
253 **Donatti:** A questão da silvicultura, Káthia, nós já na aprovação nesses dias, nos documentos que a  
254 FETAG deixou aqui e dentro do entendimento que o DEFAP, a SEMA e a FETAG têm é que aquele  
255 cadastro da silvicultura, balcão FETAG e SEMA, estamos abaixo dos 40 hectares, que isso sirva como o  
256 cadastro para a área da silvicultura e o licenciamento – esses pequenos, abaixo de 40 hectares. Então, essa  
257 questão da silvicultura eu acho que, realmente, hoje conversando com o Goldmeier, ela não entraria nessa  
258 discussão de hoje porque ela já tem um outro fórum de discussão e tem outros encaminhamentos já que a  
259 FETAG está fazendo há mais tempo. Inclusive, a FETAG é parceira do DEFAP e da SEMA onde os  
260 cadastros são feitos via FETAG e a FETAG remete para a SEMA. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi**  
261 **Pinto):** Obrigado, Conselheiro. Por favor, Káthia. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu  
262 realmente me preocupo quando vem um técnico da FEPAM dizer que isso, esses números, a gente acaba  
263 mexendo nas resoluções que foram feitas dentro de uma visão global do licenciamento com toda uma  
264 base técnica, cada atividade com seu grupo de técnicos, e agora nós estamos começando a mexer nisso por  
265 partes, a gente pinça essas coisas. Então, preocupa-me – como o Mauro disse – começar a mudar os  
266 números sem ver a resolução como um todo. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** A proposta não  
267 muda os números. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Bom, mas isso é uma coisa que tem que  
268 ser levada em consideração. Agora, para nós fica muito complicado aprovar uma resolução se nós não  
269 lemos a resolução. Ela foi comentada aqui, foram feitos alguns comentários que em alguns casos os  
270 municípios vão ter que ter uma equipe maior para licenciar e isso fica muito solto. Talvez a proposta,  
271 então, invés de pedido de vista, seja que na próxima reunião seja apresentada uma proposta por escrito, a  
272 resolução escrita já aprovada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e que nos seja encaminhada com  
273 a devida prestação para nós analisarmos dentro das nossas instituições. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi**  
274 **Pinto):** Ok, obrigado. Mantém o pedido de vista, então? **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Se  
275 for fazer a resolução. Nós não temos a resolução escrita aqui. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
276 Nós temos a minuta aqui. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Nós não recebemos a minuta. **Sr.**  
277 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Não. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** É, nós não  
278 recebemos, então, nós não discutimos dentro das nossas instituições. Nós não recebemos a minuta nem  
279 agora, pelo menos eu cheguei tarde e não recebi e a Lisiane não me passou. Se forem passar a resolução  
280 para nós podermos analisar seu conteúdo da resolução, então, vamos analisar a resolução e depois a gente  
281 encaminha o pedido de vista, se for o caso. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Está bom,  
282 obrigado. Por favor. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu acho que nós vamos perder tempo  
283 aqui discutindo essa resolução. A Mira-Serra pede vista. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Ok.  
284 Pedido de vista. Por favor. **Sr. Darci Bernech Campani:** Objetivamente, eu acho que essa questão de  
285 vista não resolve, queima a questão da solicitação de vista que só pode ser pedida uma vez. Eu acho que a  
286 resolução tem que vir para os Conselheiros, isso é uma obrigação da Secretaria do CONSEMA, na hora  
287 projetar. Eu me lembro da discussão da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada de outros números.  
288 Agora apareceu ali 40 mil aves e 600 suínos. Isso foi relatado na Câmara Técnica de Gestão

289 Compartilhada. Até como agrônomo eu acho que isso é complicado porque se o agricultor tem um  
290 porquinho a mais ele não pode ser licenciado. Esses números são meio cabalísticos. Então, a discussão na  
291 Câmara Técnica também foi superficial. Tem uma minuta, mas a gente não sabe o que é. Então, eu queria  
292 apresentar aqui, inclusive agora, com um pouquinho mais de tempo nato como membro do CONSEMA e  
293 participando das Câmaras Técnicas: a Secretaria do CONSEMA precisa de mais gente. Na reunião da  
294 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada de que eu participei pela primeira vez, nós levantamos uma  
295 séria de pendências e recomendações. Foi dito pelo Presidente da Câmara Técnica de Gestão  
296 Compartilhada que as recomendações nem na Ata aparecem porque nós não tínhamos condições de fazer  
297 Ata colocando isso. Então, para que recomendar? A gente sabe que a Secretaria perdeu pessoas e a gente  
298 está perdendo em qualidade nas deliberações. A gente vai ter que se posicionar na Câmara Técnica de  
299 Gestão Compartilhada sempre como pendência e não como recomendação porque se nós fizermos  
300 recomendação não pode ir para a Ata, não fica gravada em lugar nenhum, a única maneira de intervir seria  
301 pendência. Então, que fique registrada a necessidade de maior aporte na Secretaria e que venham as  
302 resoluções. Eu acho que seria melhor a retirada de pauta e vir para a próxima reunião com a resolução  
303 devidamente escrita. Aqui já teve contradição: se está silvicultura ou não está. Na Câmara Técnica nem foi  
304 falado em silvicultura. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Estava no processo. **Sr. Darci**  
305 **Bernech Campani:** O que importa – é só ver a Ata da reunião – nem foi falado. Teve técnicos da  
306 Secretaria ou da FEPAM – não sei quem que foi lá apresentar – que nem citou a questão da silvicultura.  
307 **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Talvez a Câmara Técnica não tenha se detido muito no  
308 processo porque está lá, só não teve nenhuma deliberação da Câmara Técnica sobre a silvicultura. Até, só  
309 uma consideração em relação à questão da Secretaria: já foi colocada gente e a pessoa que entrou lá com a  
310 Andréa acabou não se adequando e saiu. Então, nós estamos buscando mais dois servidores. **Sr. Niro**  
311 **Afonso Pieper:** Apenas para deixar bem registrado, eu não estive na última reunião da Câmara Técnica e  
312 sou o titular da Secretaria na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, mas quando o processo foi  
313 distribuído na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada a minuta continha, como eu relatei aqui, suínos,  
314 aves, matadouros e silvicultura. Se não foi posto na votação ou não foi analisado no dia, a discussão  
315 iniciou-se há dois meses quando o processo foi distribuído com uma minuta com todos estes itens e com  
316 explanação oral feita por mim na Câmara Técnica sobre todos os itens. Depois disso teve participação de  
317 técnicos na Câmara Técnica a respeito disso. Já que tenho que esclarecer aqui, eu tenho a história desse  
318 processo – por isso que fiz o relato aqui – e às vezes é bom ter isto. Por isso – até vou aproveitar,  
319 Giancarlo –, vou ter que contestar o meu amigo Valtemir aqui mais uma vez publicamente. Nós temos  
320 aqui, isso é um sistema consolidado, o licenciamento municipal, não há que se colocar especificamente  
321 para aumento de porte ou diminuição de porte “x” técnico ou “y” técnico. Os técnicos que são necessários  
322 ao licenciamento nos municípios, isso é, entendimento padrão, são aqueles que devem analisar um  
323 processo. Se um médico-veterinário ou um engenheiro agrônomo é essencial para um processo de 400  
324 suínos, vai ser para 1.000 e se for para 1.000 vai ser para 400. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
325 Obrigado, Pieper. Valtemir, por favor. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em primeiro lugar, vou-me associar ao  
326 pedido de vista da Mira-Serra até porque o assunto tem que voltar na próxima Câmara Técnica, foi lido até  
327 o ofício, porque o assunto tramita aqui dentro desde janeiro de 2009. Portanto, se a gente não apurar ano  
328 que vem, em dezembro, no apagar das luzes, volta a resolução para cá. Então, gostaria de associar-me ao  
329 pedido de vista. Em segundo lugar: quando o Pieper diz que essas tabelas, isso já está consolidado, eu vou  
330 usar as palavras do nosso Secretário porque eu tenho ido a muitas reuniões e assistido ao Secretário falar  
331 quando ele fala do Código Florestal e diz que o Código Florestal Federal tem um problema de origem, que  
332 ele nunca foi discutido pela sociedade e que tem que democratizar. Então, eu gostaria de democratizar  
333 essas tabelas também porque elas foram discutidas por técnicos. Nós, municípios, nunca fomos chamados  
334 para uma reunião dos técnicos da FEPAM que elaboraram essa tabela que teoricamente está certa. Não  
335 vamos discutir isso agora; vamos falar em democracia que se fala em outros fóruns, então, vamos falar  
336 nessa também. Por que a gente não concorda com isso? Porque com a técnica as coisas evoluem.  
337 Desculpe-me dizer, essa tabela, salvo melhor juízo, essa tabela que está sendo mostrada com esse porte  
338 que aparece até onde vai o porte pequeno, onde começa o médio, onde passa para o alto, essas tabelas  
339 foram feitas na década de 90, mas pode acontecer que, de repente, da área ambiental a gente não tenha  
340 evolução, que as coisas fiquem paradas, então, aí eu me rendo à paralisia geral. Obrigado. **Sr. Presidente**  
341 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde. Eu  
342 só queria mostrar aqui que a nossa convocação da última Gestão Compartilhada nem sequer colocava em  
343 pauta a análise desse processo. A Andréa lembrou-se na hora que tinha esse processo. Podem ver o que  
344 tinha: Aprovação da Atas, Comunicações, Eleição para Presidente, Aprovação do Cronograma 2010,  
345 Qualificação dos Municípios e Assuntos Gerais. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Na reunião anterior havia sido

346 eleita uma subcomissão de relatores e, portanto, o assunto está na pauta automaticamente. **Sr. Presidente**  
347 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, pedido de vista para a Mira-Serra e para a FAMURS. Ok? Só para  
348 registrar aqui no finalzinho: páginas 103 a 106 estão o encaminhamento com as propostas, incluindo essas  
349 de matadouro, silvicultura e tal. **Sr. Darci Bernech Campani:** Como a Câmara Técnica de Gestão  
350 Compartilhada não analisou silvicultura, o parecer do pedido de vista que os dois vão dar vai ser sobre  
351 suíno e avicultura, ou sobre suíno, agricultura e silvicultura? **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
352 Entendo que sobre a proposta. Existe uma proposta que já foi mostrada. **Sr. Darci Bernech Campani:**  
353 Então, a silvicultura está na Câmara Técnica? **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Não, mas a  
354 silvicultura está na proposta. **Sr. Darci Bernech Campani:** A Câmara Técnica não aprovou nem  
355 desaprovou? **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Como voltaremos para a Câmara Técnica para  
356 analisar a proposta. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Dia 20 de janeiro tem reunião da Câmara Técnica. **Sr.**  
357 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Sim, retorna para a Câmara Técnica para analisar a proposta de  
358 resolução que está completa ali: silvicultura. Sim, retorna para a Câmara Técnica, para a Câmara Técnica  
359 analisar a proposta, que é essa que eu falei que está nas páginas 102 a 105, que tem avicultura,  
360 suinocultura, silvicultura. Próximo item da pauta, e então, Item 4. **4. Qualificação de Municípios. Sr.**  
361 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Primeiro Município, Santiago. Cidade bonita essa! **Sr. Niro**  
362 **Afonso Pieper:** Senhores Conselheiros, lamentavelmente hoje nós não teremos o audiovisual, a não ser se  
363 for projetado o próprio parecer. O Município de Santiago, terra do Presidente dos trabalhos, é um  
364 município que ingressou com seu processo de qualificação recentemente, em maio de 2009. Ele atende  
365 todos os aspectos jurídicos tendo fundo, conselho e teve que fazer algumas correções na sua legislação,  
366 mas ao final ela está atendendo à resolução. Os profissionais vinculados ao órgão ambiental local são um  
367 biólogo, um engenheiro civil e um arquiteto. Os nomeados para a emissão dos laudos são o arquiteto  
368 Muges, a bióloga Liele, formalmente. O plano ambiental que tem uma equipe grande, na folha 7 do  
369 parecer lista todos os profissionais que participaram da sua elaboração. O Município de Santiago é um  
370 município histórico, limita-se com São Francisco de Assis, os mais conhecidos, Jaguari, Boçoroca e outros  
371 municípios. É um município de porte grande, com 2.413 quilômetros quadrados. A população é de  
372 praticamente 50 mil habitantes. A atividade econômica predominante é a primária com criação de bovinos  
373 e ovinos. E na agricultura há grande produção de milho, trigo e soja. Algumas outras criações e também a  
374 presença de extração de areia de argila, mas também alguma cosia de gemas. Continuando no diagnóstico,  
375 sobre abastecimento de água, 98% da população é pela CORSAN. O esgotamento sanitário em três bairros  
376 já tem o separador absoluto e duas estações de tratamento, mas na maior parte é de esgotamento misto.  
377 Resíduos sólidos são levados à usina própria do município e os resíduos de saúde atendem às EPRs e são  
378 encaminhados a um aterro licenciado em Santa Maria. Na atividade rural, a atividade do empreendedor, há  
379 disposição dos resíduos, mas dá para destacar aqui que existe uma associação que criou lá aquela  
380 possibilidade da logística reversa, facilitando a logística reversa. Não vou entrar em grandes detalhes a  
381 respeito do diagnóstico ambiental, ele atende todos aqueles quesitos que normalmente são analisados,  
382 sendo que tem a descrição e toda a caracterização do clima, da geologia, da geomorfologia, dos solos e  
383 dos recursos hídricos onde, aqui, normalmente faz-se o destaque, em quais bacias hidrográficas ele consta  
384 e é a Bacia do Icamaquã, Itu e Jaguari. Toda a descrição consta no plano ambiental. Da mesma forma a  
385 flora caracterizada por quatro formações florestais já que é um território grande e tem a disparidade,  
386 realmente, de altitude em várias classificações aqui presente, Na fauna também tem listas de espécies.  
387 Ultimamente tem sido exigido dos municípios o destaque para as espécies ameaçadas e assim o município  
388 fez. Os principais problemas são o destino, volume, na verdade, do resíduo que ainda não está totalmente  
389 gerenciado a contento, principalmente porque contém outros resíduos, ainda não tem muita disciplina na  
390 separação. Outra questão, a arborização urbana, referida, também a poluição das nascentes, descarte  
391 inadequado de óleo de cozinha e as próprias jazidas que já foram referidas. Há um bom conjunto de  
392 mapas, vários, uma lista grande, e os programas e projetos são adequados aqueles problemas  
393 diagnosticados que estão listados no parecer. Também é uma lista grande, acho que só se for feito um  
394 pedido especial posso fazer a leitura, mas todos receberam esse parecer. Tanto na parte jurídica quanto  
395 técnica, que agora ‘são um documento só e é assinado em conjunto, foram entendidos como atendidos  
396 todos os requisitos. Na Câmara Técnica apenas houve a pendência – e é esse plano que está sendo  
397 utilizado na Câmara Técnica – da elaboração de um zoneamento ambiental. Então, esse é o relatório para  
398 o Município de Santiago, mas posso fazer outros esclarecimentos se forem ainda necessários. **Sr.**  
399 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Algum Conselheiro? Lisiane, por favor. **Sra.**  
400 **Lisiane Becker:** É só para constar, eu uso o computador porque eu faço as anotações na Câmara Técnica  
401 e eu trago para cá, nem tenho o hábito. E quanto o Município de Santiago teve duas abstenções e essas  
402 abstenções devem-se basicamente a uma incerteza que se tem com a mudança que houve na redação.

403 Quem recebia da Câmara Técnica antes, recebia um tipo de parecer e agora está recebendo um outro mais  
404 confuso. Melhorou na parte jurídica, mas, em compensação, faltaram elementos para que se pudesse  
405 analisar o município dentro dos aspectos biológicos, abióticos e bióticos. Isso foi comentado na Câmara  
406 Técnica, de arrumar. Eu também gostaria de fazer uma observação: em relação às pendências que foram  
407 colocadas, eu achei interessante, sim, que eles falaram que iriam mudar, já tinha mudado, os animais que  
408 estavam errados ali. Nós vamos encontrar assim: é muito rasa mesmo a lista de fauna deles em relação à  
409 lista de animais ameaçados. Foi colocado na nossa Câmara Técnica que isso já tinha sido arrumado já. Eu  
410 ainda coloquei aqui: *disseram que arrumaram, mas eu não vi*. É que tivemos vários processos na última  
411 reunião, disseram que tinham arrumado e agora eu olho ali, está o mesmo parecer com os mesmos erros e  
412 também comentei com o próprio município sobre o destino final de óleo de cozinha, que é um dos  
413 projetos deles que é bastante questionável, fazer sabão com o óleo cozinha, já que eles não têm fábrica  
414 disso lá, se tivesse outro tipo de aproveitamento. Então, por isso a abstenção, basicamente porque mudou  
415 completamente a maneira da análise do texto, deveria retornar como era, mas a parte jurídica. Eu fico  
416 vendo realmente que agora os animais, entre outras correções que fizemos e na Câmara disseram que  
417 estavam prontas continuam erradas aqui no parecer. Fica a minha dúvida. Então, eu continuo achando que  
418 tem que ser abstenção mesmo. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Mais algum  
419 Conselheiro? Por favor. **Sr. Darci Bernech Campani:** Foi exatamente nesses pontos que se deu a  
420 discussão, se era pendência ou se era recomendação. Teve algumas recomendações que foram feitas, mas  
421 que não estão na Ata porque a decisão é de que as recomendações ficam para os representantes da  
422 prefeitura que estão na reunião e ficam sabendo que tem essas recomendações, mas como não vai para a  
423 Ata, então, não fica no mundo jurídico. Uma preocupação que nós apresentamos na reunião para todos os  
424 municípios que pediram a municipalização, a gente vê que é tem vários projetinhos na área de  
425 saneamento: “Vamos fazer isso, vamos fazer isso, vamos fazer isso”. A lei determina que em dezembro de  
426 2010 os municípios tem que ter – a FAMURS está atuando nesse sentido – seu plano de saneamento  
427 ambiental, saneamento básico. Quando eu, município, digo que vou fazer 10 mil projetinhos na área de  
428 saneamento e não digo que vou fazer porque a lei me obriga, significa que eu estou desconhecendo a lei,  
429 significa que eu nem sei que tem que ser feito determinado procedimento. Então, para mim, isso seria uma  
430 pendência, mas no conjunto da discussão, para não se perder a tarde inteira da reunião ficou como  
431 recomendação. Acho que – sem querer polemizar, isso é operacionalmente mais importante do que o mapa  
432 de animais de extinção do Estado, é uma obrigação do Estado fazer a listagem; é lógico, isso vai nos  
433 permitir um detalhamento, em que município tem ou não tem tal espécie, mas isso o Estado deveria ter por  
434 meio da Fundação Zoobotânica, esse mapeamento mais geral. Então, eu tenho um pouquinho a  
435 preocupação operacional do município começar a licenciar, mas ele em si vai ser cobrado depois, o que foi  
436 licenciado e exigido alguma coisa: “Vocês não cumprem”, que é o minimamente legal em relação ao caso  
437 específico de saneamento. Até a leitura, agora repete de novo: a FEPAM não licencia destinação de  
438 resíduos de serviço de saúde para aterros sanitários tendo em vista a lei estadual, o processo diz que vai  
439 para aterro, atende as NBRs, tem que atender à legislação estadual porque a legislação estadual realmente  
440 é vaga em recomendações. A legislação estadual é uma das broncas que a gente tem, essa lei estadual que  
441 para nós tem que ser revista, é que não permite encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para  
442 aterros sanitários, mas acho que o mais importante seria a gente, aqui neste Conselho, bater pé na questão  
443 do plano de saneamento básico a que os municípios não estão dando atenção, eles não estão se  
444 movimentando para aterros em dezembro de 2010 e que pode vir a trazer alguma qualidade aos nossos  
445 recursos hídricos quando começar-se a pensar em levar a sério a questão do tratamento de esgoto. **Sr.**  
446 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Professor Campani. Mais algum Conselheiro  
447 querendo manifestar-se? Não havendo mais manifestações, colocamos em votação. Os Conselheiros que  
448 são favoráveis à qualificação do Município de Santiago, por favor. **(15 Conselheiros a favor, nenhum**  
449 **Conselheiro contrário; 3 abstenções.) Aprovada. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Com 15  
450 votos favoráveis, está aprovada a qualificação do Município de Santiago. Nenhum representante do  
451 município além de mim? Não? Por favor, Mauro, antes do próximo município. **Sr. Mauro Moura:**  
452 Senhor Presidente, apenas uma sugestão: como todo mundo recebe o texto, realmente nada contra a leitura  
453 do Pieper, mas é uma coisa cansativa. Eu sugiro que nos próximos municípios, se os Conselheiros  
454 concordarem, a gente leia só a conclusão. Como todo mundo já leu, se alguém tiver alguma coisa a dizer  
455 que faça as críticas e sugestões, enfim. Só uma sugestão. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
456 Ok, obrigado. Próximo item, qualificação do Município de Humaitá. Pieper, por favor. **Sr. Niro Afonso**  
457 **Pieper:** Vou dar a conclusão e o encaminhamento da Câmara Técnica. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo**  
458 **Tusi Pinto):** Há concordâncias dos Conselheiros que a gente faça conforme a sugestão do Mauro, só as  
459 conclusões e encaminhamentos, se tiver alguma dúvida a gente retorna? Então, colocamos em votação

460 essa sugestão do Mauro da FEPAM de que a gente vá direto às conclusões, se houver alguma dúvida a  
461 gente retorna. Quem é favorável, por favor? **(17 Conselheiros a favor, 1 Conselheiro contrário;**  
462 **nenhuma abstenção.) Aprovada. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, está aprovada a  
463 sugestão do Conselheiro Mauro. Obrigado, Mauro. Pieper, por favor. **Sr. Niro Afonso Pieper:**  
464 Dispensada a minha exposição e conhecimento sobre o município em uma leitura dinâmica do parecer de  
465 21 folhas, vamos direto às conclusões da Câmara Técnica. A conclusão da comissão já eram atendidos,  
466 atingidos todos os requisitos. Na Câmara Técnica são duas as pendências: acrescentar na lista de espécies  
467 ameaçadas à extinção num determinado grau, a extinção do dourado, a possibilidade de extinção do  
468 dourado e da bracanjuva. E ainda, elaborar o diagnóstico sobre abastecimento de água na área rural,  
469 seguida de um programa que contemple o atendimento à Portaria 518 do Ministério da Saúde, o que  
470 estaria também incluído em um possível plano de saneamento se o município o apresentasse. Esse é o  
471 relatório. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, obrigado, Pieper. Por favor, Lisiane, Mira-  
472 Serra. **Sra. Lisiane Becker:** É uma colocação rápida: não foi unanimidade porque eu deixei encaminhado  
473 meu voto de abstenção. Eu não estava na reunião e deixei com o Presidente o meu voto. **Sr. Presidente**  
474 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Algum outro Conselho querendo manifestar-se? Então,  
475 colocamos em deliberação a qualificação do Município de Humaitá. Os Conselheiros que são favoráveis,  
476 por favor. **(15 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; duas abstenções.) Aprovada. Sr.**  
477 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Próximo município, Manuel Viana. Por favor, Pieper. **Sr. Niro**  
478 **Afonso Pieper:** Manuel Viana, pela Comissão, sem pendências, sem ressalvas. Aliás, uma pequena  
479 ressalva, utilizar o nome científico de flora e fauna e em conjunto com outros órgãos elaborar um projeto  
480 para reverter a arenização de seu território acrescentado na Câmara Técnica, por maioria de votos, um  
481 programa de áreas de preservação, aliás, a reformulação do programa de áreas de preservação de alguns  
482 dados sobre a economia municipal, elaborar diagnóstico sobre a abastecimento de água na área rural  
483 idêntico ao de Humaitá e adequação do Programa Ecoponto ao que dispõe o decreto estadual sobre  
484 resíduos perigosos. Com estas ressalvas pontuais e mais aprimorar o mapa de zoneamento ambiental o  
485 Município de Manuel Viana foi aprovado para vir aqui para o Plenário e ser analisado. **Sr. Presidente (Sr.**  
486 **Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Por favor, Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Eu gosto de ouvir  
487 porque as coisas parecem tão lindas quando a gente ouve o Pieper falando, ficam tão maravilhosas, ele  
488 enaltece o município. Esse município foi uma coisa bem interessante. Eu até achei que ele estava com um  
489 bom parecer à primeira vista. A gente conversando com o representante foi-se ver que aquele parecer não  
490 tinha nada a ver com o que eles estavam realmente pensando. Eles diziam uma coisa, mas eles pensavam  
491 outra. Então, vou dar um exemplo: eu achei muito interessante a parte do criar um sistema de unidades de  
492 conservação. Louvável!, que bacana, vão criar um sistema de unidades de conservação. Fui perguntar  
493 como é que ele pretendia fazer isso, que tipos de categorias pretendiam colocar, como é que se daria isso  
494 em âmbito municipal; ao que ele me respondeu que não era nada disso, eles queriam aproveitar as áreas de  
495 preservação permanente, fazer ali uma praça, um parque, não sabiam nem exatamente o que fazer. Eu  
496 coloquei até para ele que eles teriam que realmente refazer tudo porque o que dizia no plano era uma coisa  
497 maravilhosa, era muito bonito o que estava escrito. Acho que acharam em algum lugar muito bonito e  
498 copiaram, mas não era o que o município queria fazer, e nem tinha condições de fazer. Nos animais  
499 aconteceu uma coisa novamente, que é colocar todos os animais domésticos na lista da fauna. Nós tivemos  
500 um caso – eu me lembro bem porque foi a primeira vez que eu estava aqui no CONSEMA, ainda não tinha  
501 saído a minha portaria, mas eu já estava trabalhando em cima – em que colocaram pato, galinha, cavalo,  
502 tudo o que se tem direito na lista. Então, eu fico pensando, eu fico imaginando um município que  
503 confunde aproveitar uma APP para fazer um lugar protegido, que por lei já é, e colocar os animais  
504 domésticos, domesticados, na relação de fauna, qual é a competência que esse município tem de levar  
505 adiante? Então, essa foi a causa, entre outras, um ponto também foi discutido, estavam achando que seria  
506 tiro no pé – foi essa a expressão utilizada, não fui eu, mas foi uma expressão utilizada. Então, nesses  
507 pormenores considero muito a questão da fauna. Em outro município colocaram animais domésticos.  
508 Aliás, não ameaçados de extinção como extintos, em extinção, é a mesma coisa que esse município, só  
509 que aumenta colocar gato e cavalo, tudo como fauna e ainda colocar um sistema de unidades de  
510 conservação – bem colocado, sistema de unidades de conservação visando a preservação e etc.. Então, por  
511 isso o meu voto foi de reprovação. Acho que o município teria condições de realmente voltar a trabalhar  
512 com sua equipe técnica: “Vamos botar os pés no chão. O que nós queremos? O que nós podemos?”, e não  
513 ficar largando assim palavras bonitas dentro de um processo em que eles estão sabendo que não é isso que  
514 eles querem. Era isso. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Mais algum  
515 Conselheiro? Por favor, professor Campani. Depois o Professor Lewgoy. **Sr. Darci Bernech Campani:**  
516 Até é um esclarecimento, tomando pé da situação, o que vai acontecer com as pendências? Teve um

517 reunião em que o Pieper veio aqui e fez um relato das municipalizações ocorridas e aquele relato do tipo:  
518 tantos por cento das pendências foram resolvidas, mas nós – pelo que eu estou sentindo – agora, quando  
519 passar um ano ou alguns meses, correndo atrás porque vai vir uma verba muito grande de solicitações de  
520 compartilhamento no âmbito do licenciamento e não vamos ter tempo para analisar o que está sendo feito  
521 e por enquanto estamos só analisando e vendo os números. Então, o que eu acho que foi, inclusive,  
522 encaminhado na reunião em que a Lisiane falou do relatório, que a gente tenha um relatório ao final,  
523 sucinto. Quais são os itens que a resolução pede, o que foi atendido, não foi atendido, as pendências e  
524 vista. Alguma coisa mais sucinta do ponto de vista técnico porque amanhã para nós analisarmos tudo isso  
525 nós vamos ter que ler relatório de 21 páginas para ver se lá no meio tem alguma pendência, alguma coisa  
526 que ficou para trás, como a redação do sistema de unidades de conservação. Vai ter que ter uma coisa mais  
527 sucinta que possa, até de forma informatizada, a gente obter esses dados. A informática está há tanto  
528 tempo a nosso serviço, mas nós não estamos sabendo usar de maneira a fazer o *check list* de maneira que a  
529 gente consiga depois acompanhar e que acho que vai ser a grande responsabilidade deste Conselho. A  
530 gente está vendo aqui uma aprovação dentro dos limites do que a gente pode aprovar. Realmente, se a  
531 gente for parar e analisar tecnicamente, de forma mais radical, não passaria a maioria, mas a nossa  
532 responsabilidade se dá ao fazer, a gente tem o real acompanhamento e para fazer esse real  
533 acompanhamento a gente precisa de instrumentos mais ágeis para a gente poder realmente ver que a  
534 política estadual está sendo aplicada. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Professor  
535 Campani. Professor Flávio Lewgoy da AGAPAN. **Sr. Flávio Lewgoy:** Na linha do que o Campani falou,  
536 eu não sei se seria quase uma questão de ordem, mas vá lá: todas as vezes que há um pedido de  
537 licenciamento – e eu não tenho dúvida de que todos nós queremos que 100% dos municípios tenham essa  
538 oportunidade – a questão é: se aqueles, algum ou alguns, estão merecendo isso. Então, é a questão das  
539 pendências, a questão das coisas que não foram resolvidas. Bom, ouvimos Humaitá, ouvimos agora  
540 Manuel Viana – que eu acho que ainda não foi aprovado, está pendente de aprovação – e a pergunta que  
541 eu tenho é essa – não sei se já aprovamos 80 municípios, ou 90 municípios, não tenho ideia, mas  
542 praticamente em todos ficaram algumas pendências – qual é o prazo de revisão? Quer dizer, dentro de dois  
543 anos, um ano eles têm que voltar e dizer: “Olha, solucionamos isso”. Mas se eles dizem: “Não, ainda não  
544 solucionamos, estamos pedindo adiamento”. Então, o que eu coloco é o seguinte: quanto tempo nós  
545 podemos dar a eles prorrogando – a prorrogação por natureza não tem tempo, mas tem que haver um  
546 prazo irrevogável porque a práticas está nos dizendo: se eles não atenderam na primeira vez, não  
547 atenderam na segunda, vão atender quando? Se não for agora, quando? Então, eu quero deixar essa  
548 pergunta. Resumindo: qual é o prazo irrevogável que os municípios com pendências, já licenciados, têm  
549 para conservar a permissão de licenciamento? **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,  
550 professor. Pieper, por favor. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Em primeiro lugar, queria dizer para a Conselheira  
551 Lisiane que me orgulho, faço com alegria e com entusiasmo, continuo fazendo e orgulho-me do trabalho  
552 que está sendo feito aqui no Rio Grande do Sul. Quem sabe vamos oferecer para Santa Catarina para fazer  
553 a mesma coisa por lá. Professor Lewgoy, de um tempo para cá, sim, é que a análise apontou várias  
554 pendências, mas eu julgo que estes processos que estão aqui são sobremaneira melhores do que os que nós  
555 analisamos em 2008, 2007, 2006, 2005. É um processo de melhoria contínua. E nessa melhoria contínua,  
556 em 2007 foi estabelecido claramente que a Secretaria deve de 6 em 6 meses prestar contas sobre o  
557 andamento não só dessas pendências, mas, inclusive, informar ao CONSEMA porque determinado  
558 processo não veio a Plenário se ele está protocolado há mais de 6 meses, uma forma, inclusive, de duas  
559 mãos: de nós termos que prestar contas, mas também fazer com que o município ande com velocidade.  
560 Dentre essas exigências da Secretaria está o relatório a que o senhor se referiu. Nós fizemos  
561 religiosamente os relatórios a cada 6 meses como estabelecido na resolução e os Senhores aqui são  
562 testemunhas disso. A forma de resolução é que talvez não esteja ainda ideal. O que nós na Secretaria,  
563 naquilo que está ao nosso alcance, fazemos? Ao firmar um convênio, ao ter uma nova cooperação com o  
564 município, ao vir alguma solicitação de cooperação de município ela só é liberada mediante o atendimento  
565 e periodicamente os municípios são informados de que eles realmente ainda têm aquela pendência. Um  
566 dos casos onde sempre é exigido é quando firmamos com eles o convênio de cooperação visando  
567 licenciamento da Mata Atlântica. Ele só é liberado ao município quando comprovamos que aquelas  
568 pendências já na são mais pendências, elas estão atendidas. E reforçar: aqueles percentuais que nós  
569 trazemos aqui estão solucionados? Estão solucionados. Não esquecemos de nenhuma pendência. **Sr.**  
570 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:**  
571 Bom, vamos por partes. Tu tens apresentado aqui periodicamente – umas duas vezes só – esses municípios  
572 que têm pendências. Foi a partir da resolução. Bom, o que acontece é que nós continuamos com vários e  
573 vários municípios que não atenderam. Então, eu pergunto Pieper – eu vou fazer minhas as palavras do

574 Professor Lewgoy – realmente, qual é o tempo máximo? E aqueles municípios que não têm Mata  
575 Atlântica? Como é que fica? É metade, praticamente metade. Quer dizer, eu acho que está na hora – até já  
576 passou da hora – de a gente ficar dando cheque em branco para um dia quem sabe o município atender o  
577 que já foi colocado aqui. Quer dizer, na hora de a gente aprovar, homologar o município, eles vão cumprir.  
578 Dá-se dias lá na Câmara Técnica, eles propõem os dias para entregarem, passam-se esses dias, passam-se  
579 meses, anos e nós não temos nada. Quer dizer, está na hora, eu acho, de a gente realmente fazer uma  
580 resolução para uma sanção: o município não cumpriu tal determinação em tanto tempo, vai ter que ter uma  
581 punição; ou perde, ou vai deixar de ter algumas regalias, alguma coisa tem que ser feita porque não  
582 estamos realmente passando cheque em branco aqui na expectativa de promessas porque – como tu  
583 mesmo apresentaste – tem vários municípios que estão há mais de dois anos sem entregar a mudança das  
584 pendências. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Questão de ordem aqui, Mauro da FEPAM.  
585 Depois, Conselheiro Valtemir já está inscrito. **Sr. Mauro Moura:** Senhor Presidente, se for possível, se a  
586 gente pudesse seguir a pauta, a gente está aprovando o Município de Manuel Viana. Essas pendências que  
587 estão havendo entre os municípios acho que poderiam ser deixadas para Assuntos Gerais. **Sr. Presidente**  
588 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Perfeito, obrigado. Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu novamente vou  
589 falar as coisas que eu tenho falado acho que há um bom tempo. Reconheço que as pendências têm que ser  
590 atendidas, agora, no sistema brasileiro federativo o município não é uma entidade a necessariamente ter  
591 que se submeter à esfera estadual ou à esfera federal. Então, o que este Conselho aprovou lá na Resolução  
592 167? Que nós até nem temos mais a palavra “habilitação” nem “desabilitação”; nós temos a função de  
593 qualifica e a partir do momento em que o município estiver no sistema e ele estiver qualificado, ele vai ter  
594 que necessariamente cumprir o regramento. Aquilo que eu digo há tantos anos: o fato de não  
595 municipalizar não melhora ambientalmente. Se melhorasse, tudo bem, mas não melhora. Ele vai ficar com  
596 a FEPAM, o órgão estadual que vai continuar fazendo as licenças. Eventualmente, a grande maioria das  
597 licenças acaba não sendo feitas porque o braço do sistema não consegue chegar lá na maioria dos  
598 empreendedores desses municípios. Então, volto a dizer: eu concordo. As pendências, entendo eu, cabe ao  
599 Estado quando a Comissão, a Câmara Técnica de Descentralização aprova, as pendências são apresentadas  
600 ao SIGA e o SIGA tem que analisar se atendeu ou não, não é necessariamente de ter que voltar para  
601 Plenário. Então, só coloco isso porque há anos a gente diz sempre as mesmas coisas. Nós entendemos que  
602 no sistema federativo nacional nós, municípios, temos a mesma importância que o Estado e a União e eu  
603 digo para vocês: eu estou saindo do Conselho hoje, uma briga minha há anos aqui, eu, para municipalizar,  
604 tenho que ter tudo isso aqui e mais um pouco – plano, não sei mais o quê. Eu lamento em dizer para vocês,  
605 o Estado não tem plano ambiental. Então, desculpe-me dizer, vamos ser um pouquinho mais realistas em  
606 relação à situação: esta é a nossa posição, dos municípios. Eu acho, concordo, a gente tem que se  
607 qualificar. Agora, acho que todos os entes têm que estar na mesma situação. Eu olho para o IBAMA no  
608 Estado e vejo a quantidade de técnicos que o IBAMA tem para atender todo o Rio Grande do Sul. Eu vejo,  
609 eu olho lá para os municípios que a gente constrói, a gente está trabalhando, e eu sei que o contingente de  
610 pessoa que está trabalhando no meio ambiente nos municípios é muitas vezes maior somando a área  
611 técnica da FEPAM e a área técnica do IBAMA no Estado do Rio Grande do Sul. **Sr. Presidente (Sr.**  
612 **Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Conselheiro. Por favor, questão de ordem? Então, damos andamento.  
613 Mais algum Conselheiro querendo manifestar-se? Por favor, Professor Lewgoy. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu  
614 não quero polemizar porque até eu sempre acho as ponderações do Valtemir muito sagazes. Não vou  
615 contestar alguma verdade, mas venham cá, vamos confessar de plano a nossa impotência: não tem como  
616 fazer, então, vamos deixar. Já que não dá mesmo, não vamos mais cobrar qualificação e essa questão  
617 federativa, muito importante. Para falar a verdade, eu acho os municípios mais importantes até do que a  
618 União, os Estados, que são quase que entes fictícios, e os municípios são reais, é onde as pessoas estão,  
619 mas, por isso mesmo, eles têm que cumprir a lei. A lei é para todos, não distingue. Não conseguimos  
620 fazer? Olha, para tantas coisas dá para fazer comemoração de centenário, dá para fazer estádios muito  
621 bons, os quais são usados duas ou três vezes por ano. Agora, dinheiro para fazer um levantamento da  
622 flora, da fauna, para fazer um plano ambiental, isso não é difícil: contrata dois os três técnicos, pede verba  
623 para a Câmara, pede um empréstimo para o Estado, para a União para fazer isso. É tão difícil fazer? Não é.  
624 É uma questão de vontade política. Confissão de impotência, isso não combina com o espírito deste  
625 Conselho ou dos Conselhos Municipais. Quer dizer, temos que cobrar de façam o que prometeram, senão,  
626 vamos desqualificá-los. Obrigado. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, professor. Mais  
627 alguma inscrição? Não havendo inscrições, então, em deliberação a qualificação do Município de Manuel  
628 Viana. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(10 Conselheiros a favor, 5 Conselheiros**  
629 **contrários; 5 abstenções.) Aprovada.** **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Próximo, Município  
630 de Palmitinho. Por favor, Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O Município de Palmitinho também já na

631 Comissão tinha a respeito de aspectos técnicos a necessidade de complementação pontual sobre formação  
632 florestal e destaque das ameaçadas de extinção e uma lista pequena de mapas. Na Câmara Técnica foi  
633 aprovado o parecer da Comissão, mas com acréscimo de pendências a respeito da adequação de programas  
634 e diagnósticos do plano, elaboração de cartas temáticas – não havia sido esquecido –, zoneamento  
635 ambiental e diagnóstico sobre abastecimento da água rural seguido de programa em atendimento à Portaria  
636 518, como o Município de Humaitá e de Manuel Viana também continham. Foi aprovado, por maioria, na  
637 Câmara Técnica na reunião do dia 10 de dezembro de 2009. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
638 Obrigado, Pieper. Algum Conselheiro querendo manifestar-se? Não havendo Conselheiros inscritos, em  
639 deliberação, então, a qualificação do Município de Palmitinho. Os Conselheiros que são favoráveis, por  
640 favor. **(15 Conselheiros a favor, 1 Conselheiro contrário; 3 abstenções.) Aprovada. Sr. Presidente (Sr.**  
641 **Giancarlo Tusi Pinto):** Próximo item da pauta. **5. Aprovação do Cronograma de 2010. Sr. Presidente**  
642 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Pelo nosso Regimento Interno, artigo 26, na primeira reunião anual seria  
643 estabelecido o cronograma, mas está sendo sugerido, então, como de praxe, todos os anos que a gente já  
644 estabeleça um cronograma para 2010. Nós temos duas sugestões para serem deliberadas pelo Conselho: se  
645 nós mantemos na quinta-feira ou uma sugestão também de ser nas segundas-feiras, que é um dia mais  
646 tranquilo de agenda, imagino eu. A proposta seria a partir do dia 18 de fevereiro, tendo em vista o que nós  
647 deliberamos na reunião passada sobre a questão da qualificação dos municípios e como nós temos vários  
648 municípios tramitando e no início do ano teremos vários municípios sendo deliberados, eu tomei a  
649 liberdade de encaminhar ao CONSEMA a solicitação de que nós realizássemos no final de janeiro a nossa  
650 primeira reunião. Então, o nosso cronograma, a primeira coisa a deliberar seria todas as quintas-feiras ou  
651 segundas-feiras? Eu coloco em votação, então. Algum Conselheiro querendo manifestar-se? Por favor,  
652 Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria, sim, de fazer um apelo pelas segundas-feiras porque quintas-  
653 feiras, todas as reuniões caem em uma quinta-feira. Então, seria melhor em uma segunda que praticamente  
654 ninguém, nenhum colegiado, faz nas segundas-feiras. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
655 Professor Campani, por favor. **Sr. Darci Bernech Campani:** Objetivamente o Conselho Estadual de  
656 Cidades reúne-se nas segundas-feiras todas as semanas – quando ele se reúne, apesar da infrequência dele,  
657 deveria estar reunindo-se todas as segundas-feiras. Como eu faço parte lá, então, para mim, segunda-feira  
658 eu ficaria prejudicado, teria que fazer escolhas. Realmente, quinta talvez não seja o melhor. A gente  
659 poderia fazer uma votação um pouco mais, passar por – menos sexta – segunda, terça, quarta, quinta, e a  
660 gente vê os dois mais votados. Se for eleito segunda e quinta, eu pediria que votassem em quinta, mas se  
661 puderem fazer uma escolha um pouquinho mais... **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** E aquela  
662 escolha alternada? Antes, nós tínhamos quinta ou sexta; e se nós fizermos uma segunda e uma quinta, uma  
663 segunda e uma quinta? Bagunça? Valtemir, por favor. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu vou sugerir que a  
664 gente fizesse alternadamente nas quintas à tarde e nas sextas de manhã, não sextas à tarde em função do  
665 trânsito e uma série de coisas. A sugestão que eu daria é que a reunião do CONSEMA fosse: uma reunião  
666 na quinta à tarde, no mês seguinte, na sexta de manhã. Eu acho que é possível fazer. E mais, só gostaria de  
667 fazer um alerta. A primeira reunião aqui, marcada no calendário, é 18 de fevereiro. É justamente na  
668 semana do carnaval. Então, essa teria que necessariamente passar para a semana seguinte porque ela  
669 ficaria prejudicada 18, a terça-feira de carnaval é 16, então, algumas pessoas vão acabar tirando uma  
670 semana ou coisa assim, é uma semana ruim. Então, eu ia sugerir que a reunião em fevereiro passasse para  
671 a última quinta-feira do mês e em março fosse sexta de manhã e alternadamente daria. Pode ser o mesmo  
672 calendário que está aqui, em vez de ser na quinta que está marcada aqui, uma pode ser quinta e a outra  
673 pode ser na sexta-feira pela manhã. Sugestão minha. As sextas à tarde tem havido realmente uma série de  
674 problemas em função de trânsito e alguns compromissos de alguns Conselheiros. Então, a minha sugestão  
675 seria essa. Obrigado. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Por favor, Káthia, Mira-Serra. **Sra.**  
676 **Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Nós já tivemos reuniões alternadas na quinta e na sexta. O  
677 problema da sexta-feira, o problema da reunião ser pela manhã é para quem vem do interior. O pessoal da  
678 FETAG, já não está. Eu não sei como fica porque se vem de uma cidade mais longe às vezes tem que  
679 pernoitar em Porto Alegre. Então, acho que tem que considerar essa possibilidade também. **Sr. Presidente**  
680 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, nós temos três propostas. Por favor. **Sr. Josué Vieira da Costa:** Boa-  
681 tarde a todos. Ao menos no nosso ciclo semanal a segunda-feira é cheia de demanda, às vezes com  
682 reuniões de secretariados, reuniões diretivas e reuniões de alinhamento com a equipe. Então, eu,  
683 efetivamente, vou ter dificuldades de segunda-feira estar presente; virá suplência, virá terceira pessoa  
684 designada, enfim. Eu imagino que as Secretarias, de um modo geral, devem enfrentar essa largada da  
685 semana da maneira como nós lá temos. É muito intensa a segunda-feira das Secretarias. **Sr. Presidente**  
686 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, obrigado, Josué. Professor Campani, por favor. **Sr. Darci Bernech**  
687 **Campani:** Então, eu proporia que a votação fosse em etapas. Primeiro, se vai ter alternância de datas na

688 semana – que eu, particularmente, acho a pior alternativa porque sextas de manhã uma vez por mês tem  
689 reunião do Conselho Universitário, provavelmente vai cair junto, na quinta fica, fechar a agenda, pelo  
690 menos de vez em quando, é complicado isso. Conversando com a Lisiane, proproia, então, quartas-feiras à  
691 tarde. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, vamos ver. Vamos colocar em votação, então.  
692 Os Conselheiros que são favoráveis à questão da alternância, um dia sim, ou quarta ou quinta, ou quinta  
693 ou sexta. Manifestem-se, favoráveis à alternância. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Por essas colocações, eu  
694 retiro a proposta da alternância. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, obrigado, Valtemir.  
695 Então, agora, falta-nos deliberar. Nós temos segunda, quarta ou quinta. Os Conselheiros que são  
696 favoráveis à segunda-feira. Segunda-feira, quem é favorável? **(3 Conselheiros a favor).** **Sr. Presidente**  
697 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Quarta-feira, quem é favorável? **(6 Conselheiros a favor).** **Sr. Presidente**  
698 **(Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Quinta-feira, quem é favorável? **(11 Conselheiros a favor).** **Aprovado. Sr.**  
699 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Então, ficamos todas as quintas-feiras. A primeira de fevereiro  
700 fica para o dia 25 de fevereiro. Colocamos também em votação esse encaminhamento de nós fazermos  
701 extraordinariamente uma reunião no dia 28 de janeiro. Ordinária, dia 28 de janeiro, é 28 mesmo, o  
702 terceiro? Deixa-me ver aqui a data correta. Janeiro, no dia 21. Como nós temos a reunião da Câmara  
703 Técnica no dia 20, faríamos essa reunião no dia 28, quinta-feira, tem uma reunião em janeiro. Então, a  
704 reunião no dia 28 de janeiro. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(15 Conselheiros a favor,**  
705 **nenhum Conselheiro contrário; 1 abstenção.) Aprovado o cronograma. Sr. Presidente (Sr.**  
706 **Giancarlo Tusi Pinto):** Então, está aprovado o nosso cronograma. Uma reunião dia 28 de janeiro, depois  
707 25 de fevereiro e depois todas as terceiras quintas-feiras de cada mês. Vencido o Item 5 da nossa pauta. **6.**  
708 **Assuntos Gerais. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Nos Assuntos Gerais nós não temos  
709 nenhum encaminhamento. Eu gostaria de fazer um encaminhamento relativo à questão que nós já  
710 debatemos aqui durante várias reuniões, daquele parecer da PGE que ainda não recebemos sobre a  
711 legitimidade ou não da APEDEMA fazer a indicação da representação das ONGs. Como nós ainda não  
712 recebemos o parecer da PGE, eu solicito ao Plenário que a gente delibere. A ONG Amigos da Terra já  
713 manifestou a sua saída do CONSEMA, ela saiu do CONSEMA, mas nós não temos até agora a indicação  
714 da quem a substituiria, que seria o Instituto Biofilia. Como nós não temos ainda o parecer da PGE acerca  
715 disso, eu sugiro que o CONSEMA, então, faça o encaminhamento da indicação do Instituto Biofilia para  
716 preencher essa vaga que continua em aberto e nós estamos com uma representação em aberto aqui no  
717 CONSEMA. Káthia, por favor. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Defendendo a proposta do  
718 Giancarlo, a Biofilia foi aprovada, foi uma escolha do movimento ambiental, na reunião da APEDEMA,  
719 em uma assembleia geral, isso em agosto, seria uma aprovação em caráter extraordinário até que se tenha  
720 uma posição da PGE e possa-se fazer, então, no futuro realmente dentro da norma. Então, quero reforçar  
721 que a proposta é de uma entidade que já foi escolhida pelas ONGs ambientalistas do Estado e essa  
722 indicação do CONSEMA seria em caráter extraordinário. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):**  
723 Obrigado, Káthia. Algum outro Conselheiro querendo manifestar-se? Então, colocamos em votação essa  
724 indicação extraordinária do CONSEMA para que o Instituto Biofilia venha a compor o nosso Conselho  
725 em substituição a Amigos da Terra. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(12 Conselheiros a**  
726 **favor, nenhum Conselheiro contrário; 3 abstenções.) Aprovada. Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi**  
727 **Pinto):** Então, está aprovada a indicação pelo CONSEMA, extraordinariamente, do Instituto Biofilia para  
728 fazer parte do nosso Conselho. Próximo item em Assuntos Gerais. Eu só queria fazer um breve relato  
729 acerca do PL 154 que faz horas que nós debatemos, só um posicionamento. O PL 154, depois daquela  
730 última reunião que nós tivemos aqui, o Secretário Berfran apresentou a posição da Secretaria do Meio  
731 Ambiente de contrariedade à forma como ele está proposto e de que o assunto seja encaminhado para um  
732 amplo debate do Conselho Estadual do Meio Ambiente e do próprio Conselho de Recursos Hídricos. Nós  
733 mantivemos um constante contato com os deputados da base aliada do Governo e até o Instituto Biofilia  
734 tem participado, quase semanalmente nós temos nos reunido para tratar do tema e conseguimos, em todas  
735 as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia retirar o *quorum*. Então, tem mais uma  
736 reunião da CCJ na semana que vem, provavelmente não haverá quorum na próxima terça-feira e, assim, o  
737 PL será arquivado o que vai nos propiciar ano que vem começarmos com essa pauta que eu acho muito  
738 importante para o Estado do Rio Grande do Sul, que é fazer aquilo, como sendo um debate sério, coerente,  
739 levando em conta todas as questões ambientais porque ao nosso ver o que aconteceu foi isso. Para tentar  
740 resolver aquela questão da reserva legal foi apresentado um projeto de lei que faz uma verdadeira bagunça  
741 em todo o sistema ambiental do Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria só fazer esse relato para vocês.  
742 Bem, por favor, Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Como não teve nenhum representante dos municípios, vou  
743 deixar encaminhadas as cópias para cada um dos municípios inseridos no Bioma Mata Atlântica, com  
744 exceção do Manuel Viana que não é do Bioma Mata Atlântica. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi**

745 **Pinto):** Obrigado, Lisiane. Faremos os encaminhamentos. Professor Campani, por favor. **Sr. Darci**  
746 **Bernech Campani:** Seguindo a questão de ordem do Conselheiro Mauro da FEPAM, ele pediu para  
747 passar para Assuntos Gerais a discussão de qual é a figura jurídica mesmo, que passa pelos municípios?  
748 **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Qualificação. **Sr. Darci Bernech Campani:** Qualificação.  
749 Então, fiquei quieto na intervenção, e concordo plenamente com o Professor Lewgoy, acho que é uma  
750 responsabilidade. Eu sou funcionário público há 31 anos e eu sei que o que eu assino eu vou responder  
751 para o resto da minha vida. Então, nós estamos assinando aqui o destino ambiental do Estado. Concordo  
752 com o Valtemir quando ele fala que não é esta na União, não é estar no Estado, que são entes até meio  
753 exotéricos até no município porque eu sou municipalista nesse sentido, o município tem muito mais  
754 condições de saber o que acontece no município e determinar sua política, mas cabe ao Estado esse grande  
755 regramento. E na questão ambiental, sinto muito, a resolução que passa aos municípios a questão da  
756 possibilidade de fiscalizar e licenciar é bem clara: tem que ter a qualificação e não é que o município pode  
757 ter um papel muito mais importante no dia-a-dia dos nossos cidadãos, pode ser, mas cada um dos entes  
758 tem suas funções; nenhum é mais, nenhum é menos, mas têm funções diferenciadas. No caso da questão  
759 ambiental é o Estado, a União e o município quando qualificado à função de licenciar e fiscalizar. Então,  
760 esse ente federado, nesse momento, tem que prestar contas para o Estado e eu acho que isso é bom. Acho  
761 que é bom. A gente está, no serviço público, muito acostumado e às vezes a gente reclama do PCU e das  
762 auditorias – no nosso caso é PCU e a Auditoria Geral da União que nos aperta muito, mas isso é ótimo.  
763 Acho que nós temos que barrar esse ciclo, de que a questão pública era muito fácil, fazia-se e levava-se as  
764 coisas de uma maneira bastante tranqüila. Então, acho que a gente tem visto na nossa universidade os  
765 pareceres da nossa Auditoria Geral da União que vem, 200, 300 folhas, e que tem nos conduzido a uma  
766 gestão mais adequada do recurso público e quando fala-se em ambiente está-se falando em recurso  
767 público. Para mim a função do Estado deveria ser essa: a coordenação geral da questão ambiental e não se  
768 meter na fiscalização e no licenciamento; ele, sim, cabe melhor ao município que conhece o dia-a-dia, mas  
769 ele tem que prestar contas ao Estado de como é que ele está capacitando-se, como é que ele está fazendo  
770 essa atividade. Cria uma confusão, inclusive, o atual ordenamento jurídico cria uma confusão muito  
771 grande porque é o que a gente estava discutindo aqui: se são 600 porquinhos é o município, se são 601  
772 porquinhos, é o Estado. Daqui a pouquinho vai ser: 603 é a União. Nós, UFRGS, para procurar o nosso  
773 licenciamento ambiental, fomos lá na porta do IBAMA: “IBAMA, somos um órgão público federal, o  
774 nosso território, portanto, é território público federal, vocês vão nos licenciar”? “Não”. Tem resolução,  
775 parecer já da União que é o efeito, é o impacto. Viemos aqui na SEMA: não, é o impacto, o impacto é  
776 municipal. Então, fomos a SMAM, mas já veio um parecer no meio que nos deixa com algumas dúvidas.  
777 Então, a nossa legislação ambiental está muito confusa e essas dúvidas mais ajudam para dificultar o  
778 gerenciamento e para não fazer a coisa funcionar redondinha. Acho que nós temos aqui no Estado a  
779 legislação de recursos hídricos que, infelizmente, então, não vai ser retida pela 154. Ela está redonda, é só  
780 questão de rodar, ela está sendo trancada de rodar, mas a legislação está redondinha. Uma pergunta, então:  
781 vai ser arquivado e o desarquivamento, como é que fica? Porque inclusive, há com uma demanda da  
782 promotoria, um órgão do Estado nos pediu o parecer enquanto UFRGS e a gente pode até relaxar um  
783 pouquinho. E propor que na reunião de janeiro que a política, a Lei Estadual de Meio Ambiente, seja  
784 discutida para nós, CONSEMA, que deputados se aquietem. Na hora em que eles forem chamados a dar o  
785 palpite e fazer a votação que é legalmente a função deles eles vão ser chamados, mas que o CONSEMA  
786 tome realmente a dianteira dessa discussão. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,  
787 Conselheiro. Quanto à questão do desarquivamento, o autor do projeto só apresentou o requerimento, o  
788 projeto é desarquivado, mas como esse projeto nasceu para tentar resolver aquela questão da reserva legal,  
789 e agora com o decreto federal isso foi ampliado por mais dois anos e como também é um ano eleitoral, eu  
790 imagino que os deputados não vão querer se debruçar sobre esse assunto, que é um assunto muito  
791 polêmico. Então, eu imagino que ele vai ficar dormindo lá um tempinho, o que nós dá o prazo para fazer  
792 essa discussão aqui. Conselheiro Josué, por favor. **Sr. Josué Vieira da Costa:** Eu concordo com essa  
793 questão de que os municípios assumem responsabilidades, comprometem-se em complementar os  
794 elementos que trouxeram a cada um a sua habilitação e eu acho que é uma questão só de processo. Foi  
795 falado ali no check list; nós temos que ter uma grade – eu acho que é uma coisa muito simples – tem que  
796 ver a grade da habilitação, ver o que ficou devendo cada um. Deveria ser todos os meses: vim aqui fazer  
797 essa proposta. Item de pauta a verificação daqueles que mandaram, cumpriram, satisfizeram as suas  
798 pendências. E outra coisa que me parece que também é uma questão de processo: deveria caber  
799 automaticamente à Secretaria o encaminhamento. Ao final dos seis meses obrigatoriamente vai  
800 encaminhar um ofício dizendo que ele não comprovou e mensalmente a gente presta conta daqueles que  
801 comprovaram. Não cai no esquecimento porque esse negócio de seis em seis meses, eu não lembro

802 quando foi a última vez que veio a prestação de contas. Então, tem que entrar na rotina, é uma questão de  
803 processo. Começa com o alinhamento, automaticamente remete aos municípios que tenham pendências e  
804 anota-se aquilo que foi satisfeito e mensalmente aqui em cinco minutos faz-se a revisão daquilo que foi,  
805 acompanha. Essa é a minha proposta. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado,  
806 Conselheiro. Nessa linha – eu estava conversando com a Lisiane aqui – nós temos alguma resolução  
807 específica que trate desse assunto? Nós poderíamos verificar isso e tratar. Agora, no início do ano,  
808 estabelecer: se for de seis meses, de repente puxar para trimestralmente porque mensalmente eu acho que  
809 vai ser meio complicado. **Sr. Josué Vieira da Costa:** Mas veja que o município fica com o prazo de seis  
810 meses para atender, mas a cada mês nós estamos dando novas autorizações ou habilitações. **Sr.**  
811 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Passar um *check list* mensal. **Sr. Josué Vieira da Costa:** Então,  
812 em todo o mês está vencendo seis meses. Isso é o que está faltando para nós, é uma questão de rotina, é  
813 processo. A gente cai no descrédito, cai na mesmice de deixar as coisas acontecerem. Não vai tomar muito  
814 tempo do nosso trabalho aqui porque simplesmente vai ser dito quem fez, quem cumpriu e para quem  
815 foram expedidos os ofícios e não vai cair no esquecimento. É essa a questão. **Sr. Presidente (Sr.**  
816 **Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Conselheiro. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Inclusive,  
817 concordo absolutamente com ele porque nós temos até duas reuniões mensais na Câmara Técnica, então,  
818 isso pode até passar pela própria Câmara Técnica e uma vez por mês a gente coloca aqui: tais e tais  
819 municípios atenderam os critérios, tais e tais, não. Quer dizer, nós temos duas reuniões por mês, dá  
820 tranquilamente para pautar isso. E queria só colocar que eu lembro na última reunião do CONSEMA de  
821 ter colocado sobre a moção lá no CONAMA porque ela foi aprovada depois daquela reunião, que foi a  
822 última vez em que o Secretário se pronunciou. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Sim, foi. **Sra.**  
823 **Lisiane Becker:** E a reunião do CONAMA foi posterior. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Foi  
824 posterior. **Sra. Lisiane Becker:** Então, nós obtivemos no CONAMA aprovação de uma moção de repúdio  
825 ao PL 154. Quer dizer, na verdade, foi uma moção contrária ao PL 154 no que diz respeito a um  
826 retrocesso ambiental. Alguns setores estavam entendendo que seria uma ingerência no Estado, a  
827 apresentação mostrou para eles que não seria isso, mas, sim, um retrocesso ambiental mesmo no Estado.  
828 Então, nesse contexto é que foi aprovada uma moção de repúdio ao PL 154 no CONAMA, que deve estar  
829 sendo publicada nesses dias. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Professor  
830 Campani, por favor. **Sr. Darci Bernech Campani:** Só para fixar que a proposta era de na reunião de  
831 janeiro a gente atacar a questão não mais PL 154, mas, sim, da Lei Estadual de Meio ambiente, pautar na  
832 reunião de janeiro a lei estadual, sem citar o 154 porque, realmente, para nós é um capítulo morto. Até,  
833 andei por questão essa de demanda judicial nossa lendo todo ele, acho que a base, a estrutura como está  
834 feito, provavelmente deve ter sido feito para o corpo jurídico. O problema é o conteúdo, a estrutura está  
835 boa, o conteúdo é que está ruim. De repente, até estudantes podem aproveitar. E só uma questão desse  
836 acompanhamento. Nós estamos fazendo um levantamento de aspectos e impactos ambientais lá da nossa  
837 universidade. É uma planilhazinha simples, o Excel já está aí para nos resolver esses problemas: é o  
838 município, a data em que ele foi qualificado e a condição dessa qualificação. Na condição dessa  
839 qualificação tu pões uma corzinha lá. É lógico que o que for pior vai ficar na cor vermelha porque é o  
840 alerta, coisa ruim, vermelho. Tu podes, até se tiver isso em uma página disponível para os Conselheiros, a  
841 gente pode acompanhar, não precisa nem reunião, é uma coisa bastante simples, uma ferramenta bastante  
842 ágil. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Conselheiro João Paulo, DEFAP, por favor.  
843 **Sr. João Paulo Steigleder:** Como já foi identificado pelo Senhor Presidente – boa-tarde a todos os  
844 Conselheiros. Em primeiro lugar uma comunicação. Amanhã, na sede do Ministério Público no **Forte (...)**  
845 tem uma discussão a respeito do PL 154 durante todo o dia. Então, eu acho que é interessante, de repente,  
846 quem tiver possibilidade de participação ou ir até lá para tomar conhecimento porque eu acho que é uma  
847 pá-de-cal a mais em cima dessa proposta estapafúrdia aqui para o nosso Estado. Em segundo lugar, com  
848 relação a essas pendências, eu vejo o seguinte: eu acho que nós temos que resguardar um pouquinho o  
849 Conselho para nós não puxarmos para nós a situação de sermos um órgão de controle. Nós temos o  
850 Tribunal de Contas com relação a essas pendências que a qualquer momento a Secretaria do CONSEMA  
851 ou talvez até a própria Comissão pudesse fazer a informação para o Tribunal de Contas a partir do  
852 momento em que os municípios são auditados pelo Tribunal de Contas. A questão ambiental, hoje em dia,  
853 dentro do tribunal de Contas, com relação a auditorias por parte do DCE é bastante grande. Talvez esse  
854 instrumento, se bem utilizado, ficaria muito melhor do que, de repente, o CONSEMA aqui, por meio do  
855 seu Plenário, estar sendo utilizado como órgão de controle porque eu vejo que o CONSEMA deveria ser  
856 um pouquinho mais restritivo por ocasião da qualificação porque depois o que nós vamos fazer? Nós  
857 vamos cassar a qualificação que foi concedida pelo Plenário? Desculpe-me, eu acho que nós vamos estar  
858 chovendo no molhado e vamos estar descaracterizando o papel e a formatação aqui neste Plenário tão

859 qualificado para o Estado. Obrigado. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, João Paulo.  
860 Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu queria-me manifestar favoravelmente à colocação do João Paulo.  
861 Eu acho que nós reconhecemos – nós, municípios – como órgão de fiscalização dos municípios o Tribunal  
862 de Contas. Então, eu entendo que é em parte em relação ao Conselho, um pouco complicado o Conselho  
863 ter uma estrutura de fiscalização dos municípios. Acho que isso, eu acho que a saída e as colocações  
864 anteriores resolveriam melhor o problema. Então, entendo que a solução seria essa. E mais, não posso  
865 concordar, de maneira alguma, com essa conotação de estabelecer cores e classificação para os  
866 municípios, entendo que é uma discriminação. Se eu não posso botar no site oficial do Governo os  
867 devedores de ICM do Estado, nós vamos criar uma cor, vai ser realmente uma situação que me preocupa  
868 porque a gente sabe que algumas pessoas vão se sentir discriminadas. Então, eu faço esse apelo – nada  
869 contra a proposta do Conselheiro da UFRGS, não é nesse sentido, não vim aqui para dizer que a proposta  
870 dele é ruim –, eu só entendo que se a gente não consegue colocar em um site nem da Receita Federal, nem  
871 do Estado os grandes devedores de ICM e da Receita, nós vamos criar uma situação para identificar os  
872 municípios que poderia ser discriminatória. E, por fim, então, gostaria de aproveitar esse momento e  
873 agradecer o pessoal que me aturou nesses anos em que eu fui Conselheiro. Gostaria de agradecer e dizer  
874 que a FAMURS vai continuar trabalhando e nós vamos continuar defendendo os municípios,  
875 independente de eu ser Conselheiro ou não, certamente o Conselheiro que estará aqui, nós estaremos  
876 assessorando a pessoa no sentido de que possamos defender os municípios. Obrigado, pessoal. **Sr.**  
877 **Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Por favor, Josué. **Sr. Josué Vieira da Costa:** Só  
878 lembro que eu não sou contra a ideia, eu acho que esse é o elo que estava faltando. Parece-me que a gente  
879 sempre deliberou que viria a informação de quem atendeu. Essa é a informação que deve vir todo o mês  
880 porque todo o mês está vencendo seis meses. A informação que vai dar mais tranquilidade para a gente,  
881 até para calibrar, assim: “Olha, eu vou ser favorável a esse, dar os seis meses porque ele vai cumprir”, ou  
882 não, porque a gente fica meio no ar. Então, eu insisto só que a informação seja trazida e não a cada seis  
883 meses porque sempre, todos os meses, está vencendo o prazo de alguém. Agora, se a Secretaria vai oficiar  
884 o município ou a partir de um tempo vai relacionar ao Tribunal de Contas, eu acho boa a ideia, sim, cai  
885 em cima lá o pessoal. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Josué. **Sr. Josué Vieira da**  
886 **Costa:** Obrigado. **Sr. Presidente (Sr. Giancarlo Tusi Pinto):** Mais algum Conselheiro? Bem, Senhoras e  
887 Senhores, não havendo mais inscritos para falar eu queria, em nome da Secretaria, do Secretário Berfran e  
888 agradecer. Foi um ano de uma convivência pacífica, de muitos debates, mas todos em prol da questão  
889 ambiental, da defesa do nosso meio ambiente e conciliando a questão do desenvolvimento com a questão  
890 da preservação ambiental. Então, agradeço a presença de todos, agradeço o companheirismo e a seriedade  
891 com que os assuntos foram tratados aqui no CONSEMA e esperamos que 2010 seja de muita saúde, muita  
892 fé e muito trabalho para todos nós. Obrigado. *(Encerram-se os trabalhos às 16h27min)*